

MOSTEIRO DE SÃO FRANCISCO DE LISBOA

FRAGMENTOS E DOCUMENTOS NA RECONSTRUÇÃO DE QUOTIDIANOS

JOANA TORRES CHAM – FCSH - UNL | UAç

RESUMO Este trabalho pretende pela conjugação de fontes documentais e artefactos arqueológicos chegar a um estudo mais aprofundado da história da construção do convento de S. Francisco de Lisboa, bem como reconstituir alguns dos consumos quotidianos desta Casa.

Para tal, o ponto de partida foi a análise do espólio cerâmico (c. 4.753 fragmentos constituindo cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa) recolhido em contexto de lixeira, numa das cisternas do antigo convento de S. Francisco de Lisboa, actual Faculdade de Belas Artes de Lisboa, Museu do Chiado e Governo Civil de Lisboa. Em paralelo ao conhecimento do desenrolar de quotidianos no convento de S. Francisco de Lisboa, conseguiu-se a compilação de um catálogo completo dos objectos cerâmicos (286 imagens com desenhos e descrições) consumidos e guardados entre aqueles frades, dos quais apresentamos alguns neste texto.

Resta sublinhar que os exemplares cerâmicos seleccionados para esta publicação se enquadram no século XVII.

PALAVRAS-CHAVE Convento de S. Francisco de Lisboa, cerâmica vidrada, faiança portuguesa, porcelana chinesa, período moderno

UM CONVENTO NO TEMPO E NO ESPAÇO

O ano de 1217 é apontado, por Frei Manuel da Esperança, como data fundacional do convento de S. Francisco de Lisboa, por iniciativa de Frei Zacarias, e patrocínio da rainha D. Urraca, esposa de D. Sancho II. Esta implantação dá-se numa zona fora das muralhas da cidade, relativamente despovoada, mas com a possibilidade de contactar com maior facilidade o núcleo urbano lisboeta. Este espaço conventual fixou-se no Monte Fragoso (Calado, 2000), no lado ocidental da cidade, zona do actual Chiado. A opção por este local não se justifica apenas por razões políticas e socio-económicas. O facto deste se enquadrar no *planalto de Lisboa* (Ribeiro, 1994, p. 63), ou seja numa encosta suave, permite, por um lado, uma maior acessibilidade àquele espaço (Ribeiro, 1994, p. 55), e, por outro, o destacamento na paisagem suficiente para se ter um controlo visual sobre a cidade.

A escolha por um espaço como estes pretendia aliar ainda o recolhimento com o contacto com a comunidade; daí o convento criar em torno do seu perímetro uma cerca, que encerrava o convento naquela comunidade de irmãos (sem no entanto deixar de reservar alguns espaços a leigos).

Como à data da instalação do convento a pressão urbanística ainda não se fazia sentir na zona extra-muros da cidade, os frades conseguiram constituir uma cerca

suficientemente ampla para possibilitar a edificação de um grande complexo conventual, com área de jardim/horta para usufruto desta Casa.

Efectivamente, este terreno caracterizava-se pelos seus solos basálticos, a par de uma “*terra vermelha-escura*” (Ribeiro, 1994, p. 55) que se destacava pela sua fertilidade, permitindo um cultivo intensivo. Não sabendo exactamente o que teriam cultivado, podemos extrapolar a partir de descritivos toponímicos quinhentistas, que marcam no tempo e no espaço elementos da paisagem. Segundo Júlio de Castilho, na localização da *horta do Duque*¹, ter-se-iam aberto entre outras a Travessa da “Parreirinha” [leia-se da Oliveira]² (actual R. do Capelo) e a Rua da Figueira (R. da Anchieta). Ainda na envolvência do convento encontrava-se a Rua do Ferragial (R. Victor Cordon). Destacam-se então os topónimos oliveira, figueira e ferragial que apontam para a existência de um espaço com árvores de fruto, mas também uma zona que estaria destinada ao cultivo de cevada (Bluteau, 1728, p. 87). No caso da “oliveira”, esta seria com certeza uma marca dos olivais que povoavam Lisboa (Carita, 1999, p. 93).

1. Este espaço fazia anteriormente parte do mosteiro.

2. Júlio Castilho menciona a R. da Parreirinha como correspondendo à actual R. do Capelo. Contudo, não encontrei este topónimo em nenhuma outra fonte, pelo que creio tratar-se de um erro daquele autor. Efectivamente, verificamos que no *Livro do lançamento e serviço... de 1565* (vol. II, p. 188) que não aparece naquela zona qualquer R. da Parreirinha, mas beco da Oliveira. Também o mapa de *Lisboa de Lés-a-Lés* faz menção à R. da Oliveirinha, que coincide exactamente com a actual R. do Capelo.

Em torno da cerca, do lado ocidental, haveria provavelmente zonas de mata e bosque, onde os frades também podiam aceder a outros bens de consumo como fosse a lenha, caça e vegetais e frutos silvestres. Para lá de todas estas razões, a ligação privilegiada a um porto simultaneamente de rio e de mar, bem como a fruição de um clima temperado (Oliveira Marques, 2003, p. 18) terão em muito beneficiado o estabelecimento e a continuidade temporal deste convento.

ESPAÇO CONVENTUAL: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONALIDADES

O sucessivo reaproveitamento, adaptação e remodelação das instalações deste convento tornam a sua leitura espacial histórica desafiante e complexa. Paralelamente, a documentação histórica não é de interpretação linear e condensa parcas e dispersas informações relativamente à organização desta grande Casa Conventual.

Sabemos que no século XVI existiam dois claustros: um congregava a casa do capítulo e um número considerável de capelas (ora para oração ora para sepultamento); o outro concentrava dois dormitórios (um por cima do outro), o refeitório, a cozinha e o campanário do relógio. Podemos ainda inferir o acrescentamento de um terceiro andar, em que sabemos localizar-se, no século XVIII, o dormitório dos músicos da Patriarcal³. Este claustro terá integrado mais tarde (XVIII) o noviciado, que estava ao lado do "dormitório de baixo".

A enfermaria localizava-se perto do segundo claustro, dada a indicação de estar próxima dos dormitórios.

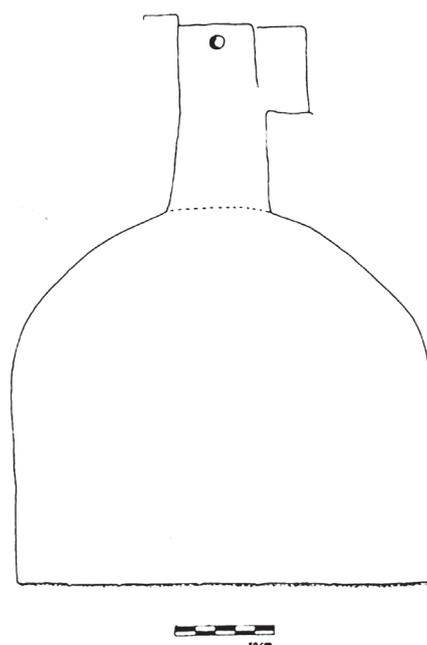
O terceiro claustro existia pelo menos nos primeiros anos do século XVIII, mas não sabemos a data de construção. Este congregava capelas, e tinha nas suas imediações a portaria e a livraria, pré-existentes ao mesmo.

A CISTERNA DO CONVENTO

Os materiais que se encontram agora em estudo fazem parte do conjunto muito mais vasto que foi exumado de uma cisterna deste antigo convento, que se encontrava numa zona de pátio. Estas informações são-nos dadas pelos arqueólogos intervenientes nesta escavação: C.Amaro, F.Lourenço e M.Ramalho (1995, p. 37-42).

Empreendidas no ano de 1993, estas campanhas tinham por objectivo acompanhar as obras que tinham como função remodelar o Museu Nacional de Arte Contemporânea, actual Museu do Chiado.

É-nos dito que esta cisterna tinha 2,40 m de largura por 3,40 m (fig. 1), e que se "caracterizava por paredes de



1.

alvenaria, fundo lajeado e a abóbada de tijoleira" (Amaro, Lourenço e Ramalho, 1995, p. 38). Ora, H.Carita (1999, p. 157 e 160) chama a atenção que durante o reinado de D. Manuel I, se apostou no "aperfeiçoamento de técnicas construtivas com argamassas à base de cal", assentando a construção em pedra e cal, geralmente combinada com "coberturas em abóbada de tijolo".

Sabemos ainda que a cisterna terá passado a ser utilizada como lixeira nos finais do século XVI/inícios do XVII; tendo de admitir um período de funcionamento, mesmo que curto. Fazendo as contas, o mais provável é a cisterna ter sido construída algures entre os reinados de D. Manuel e D. João III. No meu entender, uma vez que as grandes obras do convento decorreram nos primeiros 20 anos de 1500, muito provavelmente esta cisterna é manuelina.

O ESPÓLIO. CERÂMICA VIDRADA

O conjunto de cerâmica vidrada compreende 4 peças inteiras e 693 fragmentos, dos quais seleccionei peças inteiras e fragmentos com perfil completo, apenas incluindo outros fragmentos mais pequenos caso alargassem a variedade formal, com vista a analisar a maior diversidade de recipientes cerâmicos possível. Assim, apesar de apenas se descreverem em pormenor e desenharem quarenta e cinco peças, optou-se por fazer um tratamento estatístico, tendo em vista a forma e o revestimento vidrado dos fragmentos, por modo a aferir algumas incidências formais e decorativas.

Tendo em conta por exemplo a análise dos bordos notamos que estamos perante uma louça de uso quotidiano, utilizada para consumo de alimentos à mesa (escudelas,

3. Relação do Notável Incêndio de fogo que se ateou no Real Convento de S. Francisco da Cidade, a 30 de Novembro de 1741..., fl. 2.

pratos, tigelas e jarros), para conservar ou armazenar (potes e jarros), para preparação dos alimentos (alguidares, panelas) e para usos sanitários (servidores). Assinalo que os bordos identificados como de potes/panelas e alguidares concentram cerca de 2/3 do conjunto total (gráfico 3).

Em termos de acabamento, o vidrado é o elemento mais característico oscilando entre os tons verdes, castanhos e amarelos, e sem conseguir uma homogeneidade na aplicação do mesmo na peça. Estes vidrados são geralmente simples, sem qualquer outro apontamento decorativo; contudo, em algumas peças encontramos o recurso a duas tonalidades de vidrado por modo a criar uma espécie de padrão (sem mais uma vez se notar uma homogeneidade). Denoto deste conjunto as peças CSF/LX.93/75 e CSF/LX.93/105 que têm dois elementos decorativos particulares: no primeiro caso, pequenas elevações no bordo, e no segundo caso, a presença de duas linhas paralelas de pequenas punções.

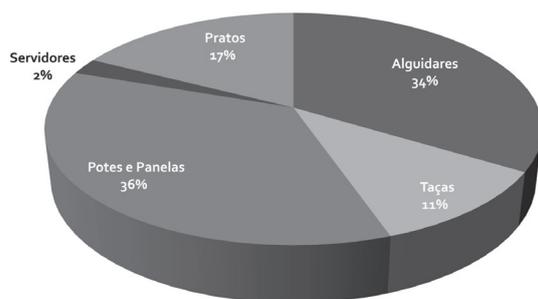


Gráfico 3. Tipos de bordos de cerâmica vidrada.

Relativamente ao enquadramento cronológico, estas cerâmicas são atribuíveis, por comparação, ao terceiro quartel do século XVI até ao século XVII pleno. Para o terceiro quartel do século XVI, datámos alguns fragmentos de alguidar, de servidor e de bilha, com base no espólio recolhidos no Beco dos Inválidos em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999, p. 199-200). Do século XVII conseguimos encontrar paralelos para alguns potes no convento de N. S. da Piedade, Cascais (Cardoso e Rodrigues, 2002, p. 269-288), e no poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras (Luna e Cardoso, 2006, p. 99-112).

Chamo ainda a atenção para os fragmentos de cerâmica vidrada encontrados em contextos seiscentistas brasileiros, nomeadamente os da colecção no convento da Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência⁴, no Rio de Janeiro, e a da Igreja de N. S. da Assunção, em Anchieta.

4. Catálogo de Coleções Cerâmicas Arqueológicas (IPHAN). [Em linha]. [Consult. 1 Jun. 2011]. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/catalogo_iphan/catalogo.htm.

FAIANÇA PORTUGUESA, PROBLEMÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS

Antes de avançar para o estudo dos materiais creio ser importante contextualizar as problemáticas historiográficas associadas à produção de faiança em Portugal. De facto, este tem sido um tópico bastante debatido, dado que existe pouca documentação clara na referência à produção de faiança em Portugal; e são poucas as escavações de unidades de produção de cerâmica medieval e moderna que permitem delinear de forma assertiva uma evolução cronológica dos diferentes tipos existentes.

Actualmente, é de algum modo consensual entre vários investigadores das áreas de Arqueologia e História de Arte (Sebastian, 2011, p. 569) que a primeira indicação documental sobre a produção de faiança portuguesa está no *Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El Rei nosso Senhor no ano de 1565*, com a referência ao oleiro João de Góis, "mestre de malega branca".

A transcrição do processo inquisitorial de João de Góis, em 1561 traz novos elementos a esta equação (Torres, 2011, Apêndice A), pois coloca o mesmo oleiro a laborar como "malegeyro d'azulejos", "oleyro d'azulejos e malaga", "oleyro de malaga e azulejos", desde pelo menos 1561, acrescentando-se que "avja sete ou oyto Annos que esta[va] em este Regno", o que permite supor uma produção em Lisboa logo na década de 1550. Se este é o documento mais antigo a mencionar de forma inequívoca a produção de faiança em Lisboa; já os vestígios arqueológicos da escavação do forno da Mata da Machada permitem a T.Casimiro afirmar o início da produção de faiança (branca e azul sobre branco) a partir da década de 1540 (Casimiro, 2011, p. 532-533).

Relativamente ao tipo de faiança produzido nestas primeiras olarias de Lisboa, este continua a ser uma incógnita. No forno da Mata da Machada verificou-se a reprodução de modelos "semelhantes às formas importadas do sul de Espanha" (Casimiro, 2011, p. 532-533). J.P. Monteiro (2003, p. 55) defende que no início a faiança teria seguido "um gosto italo-flamengo", reproduzindo uma tipologia de faiança espanhola, como de Talavera, e reproduzindo elementos da faiança italiana, chamando mesmo à atenção para um apontamento de M.Severim de Faria (2003), em que este fala de um oleiro de Talavera, antes de 1625 como iniciador da faiança que imitaria a porcelana chinesa.

Estes elementos podem sugerir-nos a existência de duas fases na produção da faiança portuguesa. Uma primeira, eventualmente despoletada pela fixação de oleiros flamengos, e uma segunda, por oleiro(s) de Talavera, que teriam trazido novas influências da produção oleira espanhola. Claro que será quanto a mim

precipitado afirmar o início da produção de faiança ou sequer o início da faiança de imitação chinesa por um qualquer oleiro estrangeiro.

O início e evolução crono-estilística da faiança portuguesa decorada vislumbra-se como verificamos pouco consensual, pois mais uma vez a informação providenciada por fontes documentais ou artefactuais é parca. A meu ver, o início da produção de faiança terá sido despoletado para dar resposta a uma necessidade de consumo. Ora, se as cerâmicas consumidas pelos portugueses durante o século XVI são simultaneamente produções de Málaga, de Sevilha, de Talavera, de Itália ou da China, então creio ser sensato imaginar que todas estas devessem desde logo ter influenciado a produção de faiança portuguesa, principalmente se tomarmos em linha de conta o facto de que um dos primeiros oleiros a produzir faiança em Lisboa era flamengo e já havia estado em cidades espanholas, tendo possibilidade de conjugar todas estas influências.

Assim, só mais tarde em 1599⁵, com a *Descrição do Reino de Portugal*, de Duarte N. de Leão, surge a primeira referência de faiança produzida com o intuito de imitar a porcelana chinesa.

Por último, é importante não esquecer que outros factores podem ter desencadeado ou intensificado uma determinada produção, nomeadamente a diminuição de um determinado produto de importação, ou mesmo o aumento da procura interna por alterações no “gosto”.

ESPÓLIO. FAIANÇA PORTUGUESA

“... um corpo cerâmico recoberto por uma camada vítrea branca, opacificada pela adição de óxido de estanho ao vidrado de chumbo que lhe serve de base – esmalte estanífero – pintada ou não” (Sebastian, 2011, p. 58).

Este conceito de faiança é fruto da reflexão de L. Sebastian (2011, p. 49-58) e revela-se extremamente útil e prático no estudo desta produção. Com base neste pressuposto, optámos por analisar o nosso conjunto de 3635 fragmentos com base na decoração do esmalte, separando-o em 4 grupos. Esta subdivisão atende ao facto destes serem esteticamente distintos e terem, ainda que funções semelhantes (*servir à mesa*), propósitos diferentes. São eles (gráfico 4):

1. Faiança “branca”, que apenas ostenta o esmalte branco (2052 fragmentos);
2. Faiança “listada” (Sebastian e Castro, 2000, p. 330), que apresenta linhas concêntricas a azul, normalmente ao longo do bordo e a delimitar a superfície interior do fundo, sobre o esmalte branco (135);

5. Data em que esta obra é concluída.

3. Faiança “convencional” (Sebastian e Castro, 2000, p. 330), com insígnias religiosas a azul sobre branco (148);
4. Faiança “decorada”, com decoração variada a azul, azul vinho e amarelo sobre branco (c. 1305).

Globalmente as pastas foram analisadas macroscopicamente, não se notando grandes diferenças entre si, com o aparecimento comum de micas, quartzos e cerâmica esmagada. Paralelamente, das 225 peças presentes em catálogo, verificámos a seguinte paleta de cores: amarelo-alaranjada; bege; bege-alaranjada; bege-amarelada; castanho-alaranjada; castanho-alaranjada pálido; castanho-avermelhada pálido; rosa pálido. Em geral encontramos os tons claros/pastel, apenas se distinguindo seis fragmentos de cor castanho-alaranjada (cor que não se encontra nos fragmentos de faiança decorada⁶). Dentro do espólio agrupado na faiança “branca” conseguiram-se distinguir as seguintes formas: pratos, tigelas, covilhetes, testos, asas (de bilhas ou jarros) e castiçais. Se nos debruçarmos sobre o gráfico sete, notamos logo que pratos e tigelas constituem mais de 90% dos fragmentos de faiança branca.

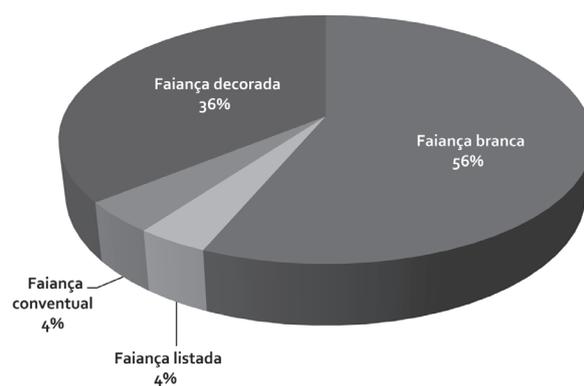


Gráfico 4. Fragmentos por grupo de faiança.

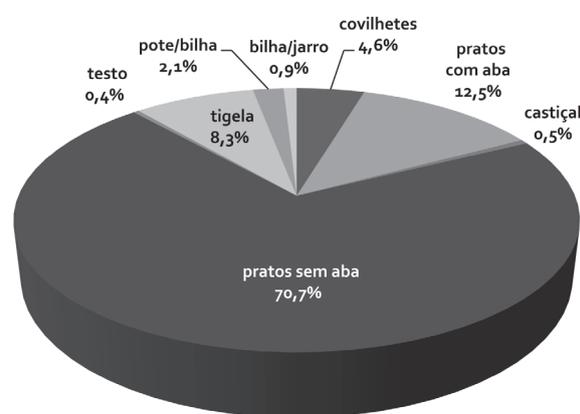


Gráfico 7. Formas de faiança branca.

6. Esta preocupação com a utilização de argilas claras tinha por objectivo assegurar o branco do vidrado estanífero, muito mais importante quando este servia de base para motivos decorativos de outra cor.

A “faiança listada” tem igualmente um número esmagador de pratos e tigelas que congregam entre si 98,5%, sendo que apenas 2 peças saem deste espectro formal: um castiçal e uma bacia.

No caso da faiança conventual, numerámos 148 fragmentos que são sinónimo para pratos, tigelas, testos e uma grande tigela. Desta análise (gráfico 9) compreendemos a reincidência de formas neste tipo de faiança, tal como nos casos anteriores. Das insígnias religiosas existentes detecta-se uma superioridade significativa da sigla S.F. [São Francisco] com 115 fragmentos a representá-la. A esta devemos associar directamente a sigla F. [Francisco], uma vez que ambas terão sido encomendas pelo próprio convento. Finalmente, deve salientar-se que nestas peças são aplicadas duas cores de vidrado sobre o branco: o azul e o azul vinhoso, sem que no entanto estas se conjuguem numa mesma peça.

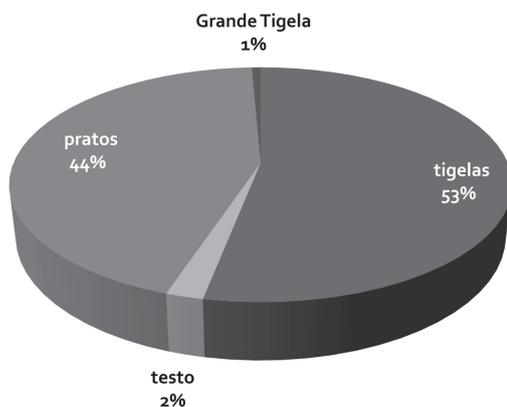


Gráfico 9. Formas de faiança convencional.

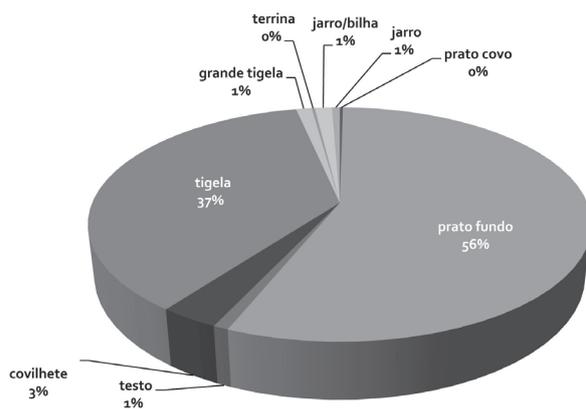


Gráfico 10. Fragmentos de faiança decorada.

Por último, a faiança decorada com 1305 fragmentos contabilizados entre pratos, tigelas, grandes tigelas, covilhetes, jarros, castiçais, mangas de farmácia, boiões e uma terrina (gráfico 10). Na faiança decorada o seu acabamento é fundamental, pois são os diferentes elementos decorativos que apresenta que a tornam distinta da restante faiança. Assim, das 163 peças seleccionadas

para o catálogo detectámos os seguintes motivos: aranhões; mascarões; contas; rendas; escamas; “jóia”; heráldica; cadeia; letras (nomes ou frases); simbólica religiosa (cruz de Santiago, cálice, anjo, insígnias religiosas); representações vegetalista (folhas, folha de acanto, feto, grande folha, pêssegos, pétalas, camélia, crisântemos, margarida, palmeira, flor, era, grande flor, paisagem vegetalista, vegetalista circular); representações antropomórficas; reprodução de figuras ou cenas de corte; representações zoomórficas (pássaro, pavão, ganso, coelho, lebre); representações geométricas (linhas paralelas, rectângulos/triângulos concêntricos irregulares, reticulados (mais ou menos ondulantes), zig-zague, semi-círculos concêntricos, espirais); “roda”.

No caso destes materiais, para os quais não há registo estratigráfico, tornou-se essencial a procura de tipologias e evoluções crono-estilísticas que permitiram compreender melhor a diacronia da deposição do espólio. Dessa procura concluiu-se que as peças do convento de S. Francisco se balizam no século XVII, podendo recuar aos finais do século XVI. Ao mesmo tempo, a presença de determinada faiança conventual estende-nos o espectro cronológico até à 1.ª metade do século XVIII (Torres, 2011).

ESPÓLIO. PORCELANA

Este conjunto está apenas representado por 19 fragmentos, facilmente detectáveis pela particularidade da sua pasta e vidrado. A pasta assenta na combinação de *petuntse* (quartzo e feldspato) e o *kaoling* (ou caulino), revestida depois de um vidrado branco neste caso, azulado (ora baço ora brilhante), sobre o qual se aplicou o azul (desde um azul mais intenso até outro quase cinzento).

De entre as formas identificadas temos pratos e tigelas: 14 fragmentos de pratos (correspondendo a 13 peças distintas) e 4 fragmentos de tigelas. Neste pequeno espectro de porcelanas encontramos paralelos nas produções da dinastia *Ming*, nomeadamente para o período entre o reinado *Zhengde* (1506-1521), *Jiajing* (1521-1566), *Longqing* (1566-1573), e *Wanli* (1573-1619). Relativamente às temáticas decorativas, devido à fragmentação das peças, foi-nos apenas possível detectar os seguintes elementos: **flor de lótus**, um dos oito emblemas budistas, e símbolo de pureza; **pêssego**, fruto sagrado taoista, e símbolo de casamento e imortalidade; **jóia**, um dos oito objectos preciosos, e símbolo de feliz augúrio; **dossel**, um dos oito emblemas budistas; símbolo relacionado com as recepções oficiais; **rochedo**; **cavalo**, símbolo de velocidade e perseverança; **leão**, símbolo de poder e sabedoria de Buda ou **qilin**, um dos quatro animais sobrenaturais, e símbolo de “doçura,

longevidade, felicidade, ilustre progeneritura, verdade e administração sábia" (Matos, 1996), **garça**, (par) símbolo de longevidade.

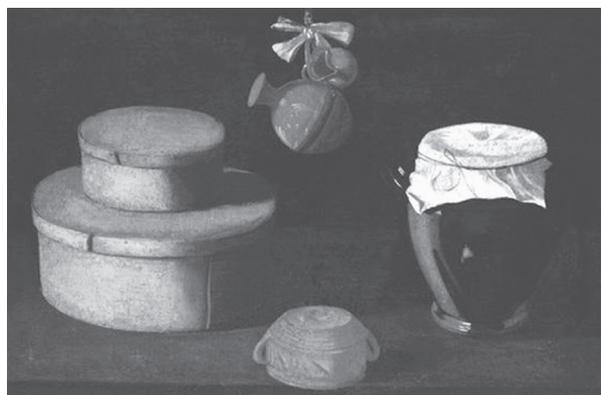
Se os períodos de produção estão relativamente bem definidos, o mesmo não acontece no enquadramento cronológico da sua importação, consumo e utilização. O seu reduzido número (17 peças de porcelana num universo artefactual de mais de 4.000 fragmentos) levam-nos a supor que eram de posse e uso individual, o que pressupõe que tivessem um maior tempo de utilização, não só pelo seu valor venal, como pelo seu valor estético e até emocional.

DO OBJECTO ARQUEOLÓGICO AO OBJECTO QUOTIDIANO. CONSUMOS

Porque se quer um constante diálogo entre artefacto e documento, terminamos centrando-nos na utilização dos objectos, estabelecendo uma interligação com o quotidiano material desta comunidade de frades. Pelos dados estatísticos que fomos apresentando, concluímos que os três tipos de cerâmica presentes se destinam de um modo geral a diferentes funções.

Na **cerâmica vidrada** as formas mais recorrentes são os alguidares, os potes e panelas que perfazem cerca de 2/3 do conjunto. Em muito menor número aparecem os servidores, pratos, tigelas e jarro. Assim, nesta comunidade, estas peças destinam-se-iam primeiramente à preparação dos alimentos, aos cuidados de higiene, e ao armazenamento específico de certos produtos.

No caso particular dos potes, creio ser pertinente a sua associação à conserva de caldas de fruta. Para suportar esta ideia, recorreremos às pinturas de Josefa de Óbidos (1630-1684), em que encontramos representados inúmeros recipientes similares aos deste conjunto para conserva de alimentos, tapados por um pano⁷ e encerrados por um pequeno cordel (fig. 5).



5. Quadro de Josefa de Óbidos, séc. XVII.

7. Este colocar-se-ia facilmente devido às características linhas em relevo na zona do bordo destes potes/panelas (fig. 6).

Também outras fontes nos remetem para esta relação tão estreita, nomeadamente o *Inventário dos bens de D. Teodósio I*, de 1564⁸. Neste inventário é feita referência às muitas conservas em caldas de açúcar e mel, dos mais variados frutos, que nos surgem armazenadas em potes e panelas vidradas.

"Item Trinta E sete panellas E azados Vidrados Vasios Vzados E tres panellas brancas E estas Vasilhas sam afora as que tem as comseruas..."

Esta citação evidencia claramente a existência de potes e panelas vidradas vazias na botica, que estariam armazenados para quando a conserveira da Casa precisasse deles.

Ora, estas descrições e representações fazem-nos supor que neste contexto conventual, este tipo de cerâmica se encontraria principalmente na zona da cozinha. Por um lado, os alguidares que se utilizavam muito na preparação dos alimentos para as refeições; e por outro, os potes e panelas na provável acomodação de caldas de fruta, mel e frutos secos.

No caso da **"faiança branca"**, esta era utilizada no serviço à mesa dos frades, como objectos individuais e não comuns, ou seja, à mesa cada frade teria o seu prato ou a sua tigela para o conduto (dependendo se tivesse mais ou menos caldo), a sua salseira para temperos, e eventualmente o seu covillete (XVIII) para doces. Fogem a esta regra, formas como grandes tigelas, que teriam precisamente a função de levar alimentos à mesa, dos quais os frades depois se serviriam.

Tal como a "faiança branca", também a **"conventual"** e **"listada"** teria os mesmos propósitos da primeira. A grande diferença poderá estar na sua finalidade, podendo ser possivelmente produto de encomendas específicas que o convento faria às olarias. Nestes dois casos aparecem por vezes legendas/inscrições, que podiam muito bem ser encomendadas por altura de um acontecimento mais importante, como por exemplo os capítulos da Província⁹, ou mesmo para dar uso em alguma área específica do convento¹⁰.

No caso da **"faiança decorada"**, apesar das formas se manterem relativamente constantes na sua maior incidência (pratos e tigelas), há uma maior variedade. Como uma travessa que serviria à mesa; alguns jarros e pratos fundos que podiam auxiliar o serviço da mesa, mas também nos cuidados de higiene (bacias).

8. <http://cham.fcsh.unl.pt/teodosio.html>.

9. Temos fragmentos de duas peças que parecem indicar a data de 1738 relacionando-a com um Capítulo (Capto). Assim, e porque os dois pratos parecem ter o mesmo tipo de vidrado, um vinoso quase negro, parece-me que se podiam tratar de pratos "comemorativos" que deviam assinalar um Capítulo Provincial no ano de 1738.

10. Como fosse a enfermaria, capelas ou mesmo no Hospício da Terra Santa.

Os castiçais para alumiar celas particulares ou espaços comuns, como as capelas; e os boiões para guardar pequenos objectos, essências ou mezinhas.

Também a presença de diferentes motivos decorativos faz com que esta seja uma louça para ser vista, o que podia também multiplicar o leque de utilizações a si adstritas. Tendo em conta a quantidade de peças decoradas encontradas e comparando-a com a quantidade dos outros grupos de peças, não encontro razões para achar que estas não estariam acessíveis a todos os frades do convento. Isto quer dizer que neste conjunto é possível que a maior parte das peças tenha sido a Casa a adquirir; podendo existir peças, possivelmente de melhor qualidade ou com temáticas decorativas específicas que fossem de aquisição individual.

É ainda admissível que a utilização deste tipo de faiança se reservasse ou a espaços ou a ocasiões de algum modo especiais, como os Capítulos ou períodos de festa para a Igreja (Natividade, Páscoa...).

Não posso terminar, sem deixar de ressaltar que estas conclusões têm por base um espólio muito pequeno face àquilo que seria toda a cerâmica consumida por uma comunidade que tinha em média mais de 100 irmãos (número válido tanto para o século XVI como para o XVII e XVIII); e cuja capacidade económica podia patrocinar a compra de grandes quantidades de faiança mesmo para o uso em espaços comuns.

Daí não acreditar na ideia de que, só por que o número de peças aqui é reduzido, estas peças seriam necessariamente pertença das pessoas de maior estatuto socioeconómico do convento. Esta é uma ideia muito presente na historiografia actual, mas cada vez mais contrariada pelos novos dados arqueológicos, e deslindar de nova documentação histórica.

Na verdade, devemos encarar este espólio como um *microcosmos* da realidade de todo o convento, e fazer os devidos ajustes. Se tivermos em linha de conta, por exemplo, os livros de contas do convento, sabemos que entre 1760 e 1761, a Casa comprou “85 dúzias de pratos, pires e tigelas, pratos grandes, e 22 frigideiras no valor de 16\$610”¹¹; entre os anos de 1761 e 1763, sabe-se que o próprio responsável pelo refeitório, Frei da Conceição, comprou 92 copos de cristal, e “153 dúzias de louça, e alguns alguidares” no valor de 29\$190¹²; já entre os anos de 1765 a 1766, a compra de louça ascendeu aos 32\$540. Ou seja, num intervalo de cerca de

5 anos a casa consumiu muita “louça” (pode assumir-se que parte desta fosse cerâmica comum, vidrada, e esmaltada a branco, com ou sem apontamentos decorativos), normalmente adquirida em grandes quantidades para suprir as necessidades de um convento com cerca de 100 frades.

Finalmente, há que mencionar as porcelanas que são nitidamente uma aquisição particular, seja por terem sido trazidas aquando da integração no convento de um determinado frade, seja por sua aquisição já estando no convento (nunca descartando a hipótese de se poder tratar também de uma oferta a título pessoal).

Em qualquer dos casos, estaremos perante frades com alguma capacidade económica (oriundos ora de grupos sociais elevados ora também de “gente do meio”). Esta conclusão assume-se pela ínfima quantidade de porcelana presente que seria assim, utilizada em momentos ocasionais de algum modo relevantes para o seu possuidor (até porque estas apresentam marcas de utilização, ou seja, não eram simplesmente para expor).

De destacar ainda que a transcrição e tratamento da documentação histórica, como os inventários orfanológicos têm moldado a ideia de que a porcelana chinesa é por princípio um artigo de luxo. Na realidade, a partir da segunda metade do século XVI e ao longo do século XVII, a porcelana torna-se bastante mais comum e acessível a mais estratos sociais; até porque a qualidade da porcelana que é comercializada decai bastante (lembremo-nos da *Kraak porselein*), quando comparada com as primeiras porcelanas do início do século XVI.

Isto pode comprovar-se ainda pela existência de avaliações destes objectos em inventários, que podem ser facilmente comparadas com, por exemplo, os salários base de alguns trabalhadores na mesma época. Assim, por exemplo no inventário do alcaide-mor de Arroios, de 1572, uma porcelana chinesa azul e branca, custa 80 reais, ao passo que uma porcelana maior mas vermelha e verde, custa 120 reais (Fonseca, 2010, p. 101-121). Ora se considerarmos que em 1586, em Lisboa, um trabalhador especializado (pedreiro ou carpinteiro) ganhava 160 réis/dia e um trabalhador indiferenciado 80 réis/dia, então compreendemos que há pelo menos a capacidade prática de aceder a estes produtos¹³.

Em suma, os objectos que temos aqui não são objectos de luxo, nem a cerâmica vidrada, nem a faiança nem a porcelana chinesa. Em todo o caso, provavelmente os que adquiriam porcelana e faiança decorada de alta

11. Apesar de o texto não indicar o material, este é dedutível, pois o item inventariado a seguir a este é a louça de estanho e cobre. Assim, apenas as frigideiras deveriam ser de cerâmica comum, enquanto que a restante seria faiança. Cf. “Título das Obras que fez a Comunidade”, in *Inventario do Real Convento de S. Francisco da Cidade de Lizboa desde o Capitulo celebrado em 4 de Junho de 1760 pera hir a Congregação que se ha de celebrar em 19 de Dezembro de 1761 no sobre dito Convento...*, fl. 26v.

12. *Inventario do Real Convento de S. Francisco da Cidade...*, fl. 26v.

13. A única nuance que devemos ter em conta é o facto destes trabalhadores gastarem a sua jorna primeiramente com bens de primeira necessidade que eram substancialmente dispendiosos. Daí estas peças estarem mais facilmente acessíveis a grupos intermédios que já conseguissem suprir bem esta necessidade.

qualidade (caso o fizessem a título particular), não eram com certeza elementos de um estrato socio-económico baixo.

Mas porque estas peças têm também um espaço ao qual estão associadas, podemos extrapolar de forma cautelosa os espaços do convento onde poderíamos encontrá-las, antes de terem sido inutilizadas e acumuladas na lixeira.

Assim, os potes e panelas de cerâmica vidrada estariam arrumados com as suas conservas na despensa associada à cozinha e refeitório do convento. Já os pratos, tigelas e jarros de cerâmica vidrada estendem-se entre o espaço da cozinha e do refeitório, concentrando-se na preparação dos alimentos.

Os alguidares estão em espaços ligados à cozinha, na preparação dos alimentos, mas também nas actividades relacionadas com cuidados de "higiene", como a lavagem de louça ou roupa. Muitos dos alguidares, sendo de pequenas e médias dimensões podiam ainda servir de bacias para higiene pessoal (lavagem de pés, mãos, cabeça ou barba), podendo estar nas celas de cada frade ou em zonas comuns, como perto do refeitório, para lavagem de mãos antes das refeições.

Os pratos e tigelas de "faiança branca" (fig. 11) e "faiança conventual" (fig. 12) estão quase exclusivamente ligados ao serviço de mesa do refeitório. Já a **faiança decorada**, (fig. 13) que conta com pratos (que estariam também na zona do refeitório), pratos fundos quase como pequenos alguidares, tigelas e tigelinhas, jarros e castiçais, deveriam estar por vários espaços do convento, pois sendo peças esteticamente belas eram preferencialmente escolhidas para estar visíveis, como nas capelas e em outros espaços comuns.

Por último, era importante perceber o que estava a ser consumido dentro destes objectos cerâmicos. O século XVIII providencia-nos uma fonte inestimável, para os anos de 1728 a 1731, onde são apontadas todas as despesas que o Hospício da Terra Santa (parte integrante deste convento) fazia.

Claro que, como para outros períodos, temos de perceber que no que respeita às despesas de alimentação, estas nem sempre são equivalentes ao que era consumido, pois o convento possuía uma zona de horta, já mencionada em fontes desde a Idade Média, e permanecendo (não sabemos se sendo sempre constante) até ao século XVIII, comprovando-se pela despesa que se fazia para contratar o hortelão, que recebia por 11 meses de trabalho 6\$600¹⁴. A actividade de cultivo próprio, alargar-se-ia provavelmente à manutenção de capoeira e eventualmente um pequeno

curral, pela menção que é feita na Relação do incêndio de 1741 de um "chão das galinhas", mas também pela pouca aquisição de carne de aves nas despesas do Hospício da Terra Santa. Considera-se assim que, a existência destas instalações se apoiava na ideia de auto-subsistência, não era ainda assim suficiente, daí a necessidade de comprar a maior parte dos alimentos. Com efeito, quase sempre mencionado em primeiro lugar na lista de despesas, o pão destaca-se como um dos principais provimentos na alimentação da Casa. Este era a base da refeição, sendo ele que absorvia o caldo em que as carnes e legumes eram cozinhados. A este segue-se a carne, o peixe, os vegetais, a fruta, os temperos, e até mesmo confeitos.

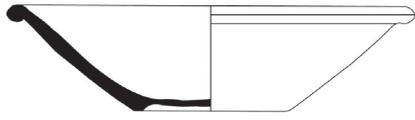
QUADRO 1. Alimentos registados nas despesas dos livros de contas do Hospício da Terra Santa.

Carne	Peixe e moluscos	Vegetais	Temperos	Outros
Vaca	Sardinhas	Arroz	Azeite	Pão
Toucinho	Bacalhau	Feijão frade	Vinagre	Ovos
Carneiro	Pescada	Cebola	Aubos	Queijos
Mãos de carneiro	Amêijoas	Alho	Sal	Pastéis
Porco (marrão)	Berbigões	Nabos	Pimenta	Confeitos
Frango	Lingue	Castanhas		Amêndoas
Galinha	Peixe seco	Favas		
Peru		Pepino		
Focinhos (de porco)		Chicória		
		Grão		
		Ervilhas		
		Alfaces		
		Beldroegas		

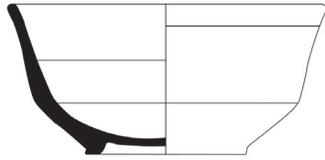
Neste quadro, destaca-se o grande consumo de carne de vaca e de carneiro, a par do peixe fresco (as sardinhas são muitas vezes mencionadas, ainda que na maior parte das vezes seja utilizada a designação geral de "peixe"); nos vegetais surgem o arroz, o feijão frade, a cebola e os alhos de forma mais recorrente. O azeite, o vinagre, o sal e os ovos são também repetidamente comprados.

Devemos ainda acrescentar a estes, o consumo de fruta fresca e em calda, que mais que uma sobremesa, era um alimento salutar. A ausência deste produto nas despesas do Hospício da Terra Santa pode explicar-se ou pelo fabrico próprio das conservas, ou pelo facto da sua aquisição poder ser feita por outra parte do convento.

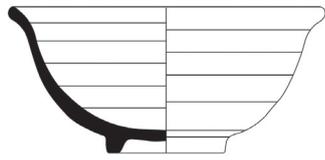
14. "Título das Obras que fez a Comunidade", OFM, Prov. de Portugal, Província, Lv.2, fl. 13v.



CSF/Lx.93/143



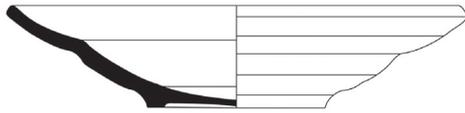
CSF/Lx.93/145



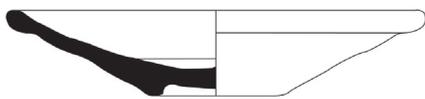
CSF/Lx.93/146



11. Faiança branca.



CSF/Lx.93/175



CSF/Lx.93/176



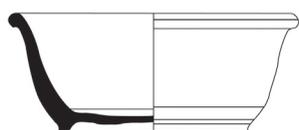
CSF/Lx.93/177



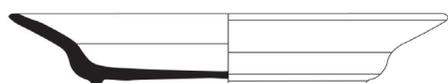
12. Faiança conventual.



CSF/Lx.93/208



CSF/Lx.93/209



CSF/Lx.93/210



13. Faiança decorada.

Os produtos acima mencionados oscilam entre produtos consumidos regularmente, e outros que eram adquiridos para alturas de jejum e abstinência, como na Quaresma e Semana Santa, alturas em que detectamos a compra de alimentos para as refeições¹⁵.

Também outras refeições parecem destacar-se nomeadamente a do dia de Todos os Santos, a da Páscoa¹⁶, e a do Natal, que contava extraordinariamente com a compra de peru e confeitos¹⁷.

Para acompanhar as refeições os frades contavam com a água e o vinho, que eram raramente dispensáveis, e ainda com leituras da "regra, & o testamento de nosso Padre S. Francisco"¹⁸, que eram feitas regularmente ora em latim, ora em linguagem vernacular.

Assim, termino com uma breve aproximação aos consumos alimentares deste convento pelo cruzamento dos alimentos adquiridos e alguns livros de cozinha do

século XVII-XVIII¹⁹. Deixamo-vos com uma breve lista de cozinhados que poderíamos encontrar à mesa dos frades como: "ervas esparregadas"²⁰, "peru com arroz"²¹, "sopa de caldo da panella"²², "caldo de galinha para doentes"²³, "berbigões de tigelada"²⁴, "queijadas de amêndoa"²⁵, o afamado "manjar branco"²⁶, e, finalmente, os confeitos que consumiram no Natal de 1730.

19. Resolvi contabilizar o livro *Arte de Cozinha*, de Domingos Rodrigues, terminado em 1680; e o *Receitas de milhores doces e de alguns guizados particulares e remédios de conhecida experiencia...*, de Francisco Borges Henriques, na 1.ª metade do século XVII.

20. Utilizava diferentes legumes, com a adição de vinagre e alho. Receita n.º 3 de F. B. Henriques. Braga, 2004, p. 88.

21. Utiliza o arroz e peru, bem como cebolas e "adubos". Receita n.º 5 de F. B. Henriques. Braga, 2004, p. 89.

22. Caldo que integra entre outras carnes, vaca, carneiro e galinha. Receita n.º 5 de F. B. Henriques. Braga, 2004, p. 92.

23. Este caldo de galinha teria com certeza sido uma refeição semelhante à que se elaborou para um frei doente em 1731, no Hospício da Terra Santa (ver tabela 6p). Receita n.º 20 de F. B. Henriques. Braga, 2004, p. 99.

24. Uma das maneiras como se podiam fazer os berbigões da colação. Rodrigues, 2001, p. 114.

25. Receita n.º 10 de F. B. Henriques. Braga, 2004, p. 90.

26. Doce que incorpora arroz e carnes de aves. Rodrigues, 2001, p. 126.

15. Para as refeições foi comprado peixe fresco, amêijoas, berbigões, mãos de carneiro, frango, galinhas, favas, ovos e queijos. Ver dados sobre o Hospício da Terra Santa, Apêndice B, tabela 5f, 5h, 5j.

16. Para o dia de Todos os Santos foram comprados perus; e fochinhos para o dia de Páscoa. Ver dados sobre o Hospício da Terra Santa, Apêndice B, tabela 5v.

17. Ver dados sobre o Hospício da Terra Santa, Apêndice B, 5x.

18. Cf. Apêndice A: *Estatutos Provinciais da Provincia de Portugal...*, Capítulo V, alínea 5.

FONTES MANUSCRITAS

ANTT, OFM, Província de Portugal, Província, Lv. 3, *Hospício da Terra Santa*.

ANTT, OFM, Província de Portugal, S. Francisco de Lisboa, Lv. 11, *Inventario do Real Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa*.

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 6820, *Processo de João de Góis* [28.07.1561 a 08.02.1562].

BNP, Códice 289, *Inventário do noviciado e dos moveis que nelle [Convento de São Francisco de Lisboa] se achão, 1781-1807*.

FONTES IMPRESSAS

FARIA, M. S. de (2003) – *Notícias de Portugal*, notas de Francisco Lourenço Vaz. Lisboa: Edições Colibri.

LEÃO, D. N. de (2002) – *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El Rei nosso Senhor no ano de 1565. Lisboa: CML, 1948.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, C.; LOURENÇO, F. e RAMALHO, M. (1995) – As Intervenções Arqueológicas no Antigo Convento de S. Francisco da Cidade, in *OBRAÇOM. Museu do Chiado: histórias vistas e contadas*, Lisboa, Instituto Português de Museus, p. 37-42.

BARREIRA, P.; DÓRDIO, P. e TEIXEIRA, R. (1995) – 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII, in *Actas das 2.ªs Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, p. 145-184.

BARTELS, M., (2003) – A cerâmica portuguesa nos Países Baixos (1525-1650): uma análise socioeconómica baseada nos achados arqueológicos, in *Património. Estudos*, n.º 5. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 70-82.

BENTO, A. M. dos R. (2009) – *A Porcelana kraak na Coleção Telo de Morais*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [Texto Policopiado].

BRAGA, I. M. R. M. D. (2004) – *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*. Sintra: Colares Editora.

CALADO, M. (2000) – *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes/Universidade de Lisboa.

CALADO, R. S. (1992) – *Faiança portuguesa: sua evolução até ao início do séc. XX*, Lisboa, Correios de Portugal, Direção de Serviços de Filatelia.

CALADO, R. S. (1993) – A porcelana da China como fonte de inspiração da decoração da faiança portuguesa do século XVII, in *Oceanos. Porcelanas e Mares da China*, n.º 14. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 76-83.

CALADO, R. S. (2003) – *Faiança portuguesa da Casa-Museu Guerra Junqueiro: século XVII-XVIII*. Porto: Câmara Municipal.

CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais, in *Arqueologia Medieval*, n.º 6. Porto: Edições Afrontamento, p. 111-123.

CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (2002) – Conjunto de peças de cerâmica do século XVII do Convento de Nossa Senhora da Piedade de Cascais, in *Actas do 3.º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada: Câmara Municipal de Almada, p. 269-288.

CARDOSO, G. e ENCARNAÇÃO, J. d' (1990) – Uma sondagem de emergência no Casal do Geraldo (Estoril-Cascais), in *Arquivo de Cascais*, n.º 9. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 45-79.

CARITA, H. (1999) – *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte.

CARMONA, R. (2005) – *Olaria da mata da Machada: cerâmicas dos séculos XV-XVI*. Barreiro: Câmara Municipal.

CARREIRA, C. (2005) – *Cerâmicas Modernas do Palácio Mogo de Melo de Torres Novas*. Coleção Estudos e documentos. Edição Câmara Municipal de Torres Novas.

CARVALHO, A. R. e FERNANDES, I. C. (1995) – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela, in *Actas das 2.ªs Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, p. 211-255.

CASIMIRO, T. M. (2011) – *Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas (Dos Finais do século XVI aos inícios do XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [Texto Policopiado].

CASTILHO, J. (1974) – *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. VIII. Lisboa: s.n.

CASTRO, A. I. de S. S. e SEBASTIAN, L. (2008) – Faiança dos séculos XVII e XVIII no Mosteiro de S. João de Tarouca, in *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal, p. 325-334.

CASTRO, A. I. de S. S. e SEBASTIAN, L. (2008) – A faiança portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca, in *al-madan*, II.ª série, n.º 16. Almada: Centro de Arqueologia de Almada.

CORREIA, V. (1919) – Oleiros quinhentistas de Lisboa, in *Águia*, s. 2, vol. 15, n.º 88-90. Porto: Tipografia da Renascença, p. 166-178.

FERNANDES, I. M. (1998) – Do uso das peças: diversa utilização da louça de barro, in *Actas do IV Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*. Matosinhos: C.M.

FERREIRA, M. A. e LEAL, C. C. (2006-2007) – Cuidados de higiene e de saúde em uma comunidade monástica do século XVII: o caso do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, in *Portugalia*, nova série, vol. XXVII-XXVIII. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, p. 89-117.

GOMES, M. e GOMES, R. (1995) – Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal, in *Actas das 2.ªs Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal, p. 315-348.

Hospital Real de Todos-os-Santos. 500 anos. Catálogo. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

Josefa de Óbidos e o tempo barroco, coord. de Vítor Serrão. Lisboa: IPPC, 1991.

LUNA, I. e CARDOSO, G. (2006) – Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras, in *Actas do III Seminário do Património da Região Oeste*. Cadaval: Câmara Municipal do Cadaval, Associação Património Histórico, p. 99-112.

MAIA, F. P. S. (1993) – À mesa com os monges de Bustelo: algumas regras de conduta, in *Humanística e Teologia*, n.º 14. Porto: Universidade Católica. Faculdade de Teologia.

MANGUCCI, A. C. (1996) – Olarias de Louça e Azulejo da Freguesia de Santos-o-Velho, dos meados do século XVI aos meados do século XVIII, in *Revista Al-madan*, II.ª série, n.º 5. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, p. 155-168.

MARTINS, A. e RAMOS, C. (1992) – Elementos para análise e descrição de produções cerâmicas, in *Vipasca – Arqueologia e História*, n.º 1. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel, p. 91-101.

MATOS, M. A. P. de (1996) – *A Casa das Porcelanas. Cerâmica chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves*. Lisboa: Instituto Português de Museus e Philip Wilson Publishers.

MATOS, M. A. P. de (1998) – Porcelana Chinesa. De presente régio a produto comercial, in *Caminhos da porcelana da Dinastia Ming e Qing*. Lisboa: Fundação Oriente, p. 93-108.

MATOS, M. A. P. de e MONTEIRO, J. P. (1994) – *A influência oriental na cerâmica portuguesa do século XVII*. Lisboa: Sociedade de Lisboa.

MATTOSO, J. (2002) – O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas, in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 243-254.

MONTEIRO, J. P. (2003) – Um prato da Restauração e a opção pelo Oriente na faiança portuguesa do século XVII, in *Oriente*, n.º 7. Lisboa: Fundação Oriente, p. 55.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (2003) – Enquadramento Histórico, in *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*, coord. de José António Tenedório. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa.

QUEIROZ, J. (2002) – *Cerâmica portuguesa e outros estudos*, Lisboa, Editorial Presença.

RIBEIRO, O. (1994) – *Opúsculos Geográficos. Temas Urbanos.*, vol. V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

RODRIGUES, D. (2001) – *Arte de Cozinha...de 1693*, prefácio de Alfredo Saramago. Sintra: Colares Editora.

SANTOS, M. J. A. (1997) – *A alimentação em Portugal na Idade Média: fontes, cultura, sociedade*. Lousã: Tip. Lousanense.

SANTOS, P. C. (2002) – As porcelanas da China no velho mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra, in *Oriente*, n.º 3. Lisboa: Fundação Oriente, p. 56-57.

SANTOS, R. dos (1960) – *Faiança portuguesa, séc. XVI e XVII*. Porto: Galaica.

SEBASTIAN, L. (2011) – *A Produção Oleira de Faiança em Portugal (séculos XVI- XVIII)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [Texto Policopiado].

SILVA, L. C. da (1973) – *A sede da Academia Nacional de Belas-Artes no vetusto edifício do antigo convento de S. Francisco da Cidade: estudos e subsídios diversos*. Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Culturais.

Trabalhos arqueológicos no convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa [01.06.1993-31.08.1993]. Relatório aprovado e disponível à consulta na Biblioteca do IGESPAR.

TORRES, J. B. (2011) – Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [Texto Policopiado].

TRINDADE, R. A. A. (2009) – *A Produção de Louça no Reino de Portugal. Século XII aos meados do século XVI. Leitura para uma visão de conjunto* [Texto Policopiado]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

SITES

BLUTEAU, R. – Vocabulário Português & Latino... [Em linha]. [Consult. 25 Mai. 2011]. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>.

Catálogo de Coleções Cerâmicas Arqueológicas (IPHAN). [Em linha]. [Consult. 1 Jun. 2011]. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/catalogo_iphan/catalogo.htm